

CARREIRAS FEMININAS NA ANTROPOLOGIA DESDE OS ANOS 1960: REFLEXÕES SOBRE TRAJETÓRIAS DE PROFESSORAS EM UNIVERSIDADES DO NORDESTE¹

Candice Vidal e Souza²

 <https://orcid.org/0000-0002-5612-2942>

RESUMO

O artigo analisa o material resultante de entrevistas com professoras de antropologia de universidades federais do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, as quais iniciaram sua formação universitária nos anos 1960, assumindo cargos de professoras em fins dessa década e início dos setenta. Fazem parte das primeiras gerações de pós-graduados no Brasil, muitas delas tendo sido alunas dos primeiros professores de antropologia que as incentivaram a seguir carreiras universitárias. Trata-se ainda de mulheres que se profissionalizam nas ciências sociais, conciliando as tarefas da vida universitária com a vida familiar, o que significou uma gestão do tempo que articulava as demandas de aperfeiçoamento da formação com os cuidados rotineiros da casa. As vidas intelectuais dessas antropólogas são interpretadas como projetos existenciais em ciência, colocando-se às narrativas biográficas duas questões: o que a ciência faz à vida daquelas que a produzem e o que a vida fez à antropologia dessas mulheres?

Palavras-chave: Professoras de Antropologia, Universidades Públicas, Carreiras Intelectuais, Nordeste.

WOMEN'S CAREERS IN ANTHROPOLOGY SINCE THE 1960S: REFLECTIONS ON THE TRAJECTORIES OF UNIVERSITY TEACHERS IN BRAZILIAN NORTHEAST

ABSTRACT

The article analyzes the material resulting from interviews with anthropology professors from federal universities in Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco and Alagoas, who started their university education in the 1960s, taking up teaching positions at the end of this decade and early seventies. They are part of the first generations of graduate students in Brazil, many of them having been students of the first professors of anthropology who encouraged them to pursue university careers. It is also about the generation of women who are professionalized in the social sciences, reconciling the tasks of university life with family life, which meant a time management that articulated the demands for improving training with the routine care of the home. The intellectual lives of these anthropologists are interpreted as existential projects in science, asking biographical narratives two questions: what does science do to the lives of those who produce it and what did life do to the anthropology of these women?

Key-words: Anthropology Teachers, Public Universities, Intellectual Careers, Northeast.

CARRERAS FEMENINAS EN ANTROPOLOGÍA DESDE LOS 60: REFLEXIONES SOBRE LAS TRAYECTORIAS DEL PROFESORADO EN UNIVERSIDADES DEL NORESTE

RESUMEN

¹ A primeira versão desse trabalho foi apresentada na mesa redonda “Antropologia feminista no Brasil”, como parte da programação do pós-evento do 18th IUAES World Congress, *What about women in the history of Anthropology?*, realizado na UFBA durante os dias 24 a 28 de julho de 2018.

² Doutorado em Antropologia Social (PPGAS/ Museu Nacional/UFRJ). Professora do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PUC-Minas). E-mail: candice.vidal@yahoo.com.br.

El artículo analiza el material resultante de entrevistas con profesores de antropología de universidades federales en Maranhão, Piauí, Ceará, Río Grande del Norte, Paraíba, Pernambuco y Alagoas, quienes comenzaron su educación universitaria en la década de 1960, ocupando puestos docentes al final de este período y principios de los setenta. Forman parte de las primeras generaciones de estudiantes de posgrado en Brasil, muchos de ellos estudiantes de los primeros profesores de antropología que los alentaron a seguir carreras universitarias. También es la generación de mujeres que se convierte en profesional en las ciencias sociales, conciliando las tareas de la vida universitaria con la vida familiar, lo que significó una gestión del tiempo que articuló las demandas para mejorar la capacitación con el cuidado rutinario del hogar. Las vidas intelectuales de estos antropólogos se interpretan como proyectos existenciales en la ciencia, haciendo a las narrativas biográficas dos preguntas: ¿qué hace la ciencia a las vidas de quienes la producen y qué le hizo la vida a la antropología de estas mujeres?

Palabras clave: Profesoras De Antropología, Universidades Públicas, Carreras Intelectuales, Noreste.

INTRODUÇÃO

A presença das mulheres nos cursos de graduação em ciências sociais é registrada em várias faculdades pelo Brasil desde as décadas de 1930 e 1940. Ou seja, desde que os cursos de ciências sociais foram implantados no Brasil³. A perspectiva de escolarização em nível superior em ciências sociais torna-se, a partir desse momento, uma etapa do percurso biográfico de mulheres de camadas urbanas médias e altas que, depois de formadas, poderão assumir profissões inéditas no trajeto usual das mulheres de gerações passadas. A carreira universitária inclui-se entre aquelas classificadas como não-tradicionais, ou seja, áreas dominadas pela atuação de homens⁴. Muitas dessas moças se formaram em cursos superiores, mas podem ter seguido a vida como donas-de-casa e mães de família; outras assumiram a área de especialização e tomaram a perspectiva de ter uma carreira que pode combinar ou excluir casamento e/ou filhos. Recuperar as características da atuação das mulheres nas ciências sociais em suas décadas iniciais no Brasil, da mesma forma que para as ciências naturais, exige que se marque a existência de “incontáveis anônimas”, as quais compartilharam espaços sociocientíficos (universidades, laboratórios, congressos, publicações) com “mulheres notáveis” (Ferreira *et al.*, 2008, p. 45).

Em relação aos cursos das áreas de humanidades, ainda sabemos pouco sobre a inserção profissional dessas ex-alunas das primeiras décadas de ensino de disciplinas de ciências sociais como pesquisadoras e professoras universitárias em sua área de formação. Neste artigo, considero os percursos de aprendizagem e profissionalização de mulheres atuantes em várias universidades brasileiras, compreendidos como arranjos de possibilidades e constrangimentos dados por sua vida pessoal, familiar e pelas condições das carreiras acadêmicas em seu tempo e lugar. Algumas dessas

³ Spirandelli, 2008.

⁴ Considero a distinção utilizada por Sherry B. Ortner na pesquisa com homens e mulheres da (sua) turma de 1958 da *Weequahic High School*, em Newark (New Jersey, EUA). Ela distingue as ocupações das mulheres em donas-de-casa, carreiras femininas tradicionais (profissões tradicionais e empregos tradicionais) e carreiras femininas não-tradicionais (Ortner, 2003, p. 251); professoras universitárias são incluídas no último grupo.

professoras já tiveram aulas na graduação e na pós-graduação com mulheres formadas no Brasil, especialmente aquelas que estudaram no Rio de Janeiro e em São Paulo. Outras foram de fato as primeiras professoras da área de antropologia em suas universidades.

Trato aqui de encaminhar a reflexão sobre a história das ciências sociais como um problema socioantropológico, notadamente no que se refere às dinâmicas históricas, geracionais e regionais (centros e periferias) do campo acadêmico nacional, articuladas aos condicionantes de gênero, dentre eles a situação das mulheres acadêmicas que tiveram filhos e construíram parcerias conjugais (heterossexuais predominantemente) acadêmicas e não acadêmicas.

O projeto *Trajetórias femininas na antropologia brasileira: ensino, pesquisa e a transmissão disciplinar (2013-2105)*⁵ consistiu na realização de entrevistas com professoras de antropologia de universidades federais dos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Paraná e Santa Catarina que iniciaram sua formação universitária nos anos 1960, assumindo cargos de professoras em meados dessa década e início dos setenta. Neste trabalho, pretendo comentar sobre as entrevistadas com carreiras em universidades do Nordeste.

Durante a pesquisa, foram realizadas entrevistas com 35 professoras, das quais apenas duas ainda não estavam aposentadas. Foram 25 entrevistas com professoras que atuaram em universidades do Nordeste (ver informações no Anexo). Convém esclarecer que utilizo os nomes verdadeiros de todas elas, como se costuma proceder nas pesquisas sobre biografias de cientistas. Ocultar nomes significaria contribuir para o apagamento de sua participação na antropologia brasileira. O objetivo foi conhecer, nomear e analisar histórias profissionais/pessoais de mulheres mais e menos notáveis nas ciências sociais em suas universidades. Embora as informações sobre vários nomes tenham sido conhecidas a partir de redes locais, as trajetórias dessas mulheres revelam seus ambientes de formação profissional de graduação e pós-graduação e os percursos institucionais (nacionais e internacionais) que empreenderam para estudar, fazer trabalhos de campo, publicar e apresentar trabalhos. Várias das entrevistadas tiveram participação intensa na formação da graduação e da pós-graduação em seus departamentos; ainda que não tenham publicações numerosas, formaram alunos na pesquisa antropológica. As biografias intelectuais recolhidas contam sobre percursos de trânsito entre núcleos de formação centrais (ou tomadas por nacionais, quer dizer, sem características de regionalidade) e as instituições de onde partem; além de registrarem encontros, trocas afetivas e de trabalho, projetos conjuntos entre professores-pesquisadores da área de antropologia dos estados da região Nordeste aqui considerados. A questão central para a análise das narrativas das professoras de antropologia é: qual o percurso realizado em cada trajetória, considerando-se o campo de possibilidades de cada sujeito, naquele determinado ambiente pessoal e profissional?

⁵ Pesquisa financiada pelo CNPq e pela Secretaria de Políticas para Mulheres.

A opção pelo recorte regional foi determinada pelo interesse em considerar a dimensão das relações entre centros e periferias do mundo universitário brasileiro, atentando para as distinções regionais internas à totalidade nacional. Como se sabe, essas posições são instáveis, contextualizadas e relacionais. Portanto, evita-se a imputação de classificações fixas dessa geografia do mundo acadêmico brasileiro.

Deixo claro que esta investigação não toma como partida qualquer demarcação canônica de quem são os verdadeiros, os maiores ou os melhores cientistas sociais brasileiros. Ainda recuso qualquer parâmetro de trajetória modelar de intelectual acadêmico e, em particular, de mulheres acadêmicas. A meu ver, a adoção de classificações e sistemas de “ranqueamento” (por exemplo, os níveis que distinguem os pesquisadores do CNPq e as notas da CAPES para os programas de pós-graduação) são parte do trabalho nativo de diferenciação do próprio mundo acadêmico e, se permeassem este trabalho e a aproximação às narrativas dos inúmeros sujeitos que escuto, não estaria operando uma atitude antropológica de compreensão dos processos sociais. Ranquear significa aqui construir hierarquizações dentro de uma totalidade, incluindo a dimensão de disputa e competição interna a um grupo por acesso às posições superiores, seu prestígio simbólico e ganhos materiais. Compreender que a competição no mundo acadêmico pode se dar sob outros códigos, em outras épocas, é fundamental para o acesso ao mundo em que se formaram as minhas entrevistadas.

CARREIRAS FEMININAS E CENÁRIOS INSTITUCIONAIS⁶

De modo geral, olhar a história da antropologia pela presença das mulheres significa enfrentar o modo usual de construção do cânone disciplinar ou acrescentar retratos na parede onde estão penduradas apenas as “figuras icônicas” das tradições nacionais de antropologia (Lamphere, 2004). Justifica-se assim falar em processos de marginalização e subalternização do trabalho, da memória, da ação criadora e formadora, de inúmeras mulheres que pontuam nas antropologias centrais e periféricas (internacionais e intranacionais). No entanto, a escolha da pesquisa por enfatizar as experiências de professoras vai além da ideia de adicionar nomes femininos ao rol dos antropólogos brasileiros. Intenta-se compreender aspectos das relações de gênero, tais como a posição das mulheres no sistema de prestígio de seus departamentos universitários, as expectativas imaginadas e pretendidas para suas carreiras antropológicas em articulação com eventos e relações extra-acadêmicas, que se objetivam/subjectivam em contextos acadêmicos situados (por exemplo, nas condições de trabalho vividas pelas professoras) e na vida pessoal de mulheres da ciência.

O desconhecimento dos fazeres antropológicos de tantas professoras responsáveis pela disseminação do saber disciplinar Brasil afora reproduz entre nós a posição menor ou invisível de

⁶ A apresentação geral da pesquisa que faço nesse item também consta do capítulo “Ensinar antropologia em outros tempos: as mulheres e as configurações do mundo acadêmico” (Souza, 2020).

tantas outras mulheres antropólogas. A pesquisa sobre as mulheres nas ciências sociais deve se preocupar em considerar a sua presença em ambientes institucionais prestigiados (que também pode configurar uma posição relativa de subalternização em relação a trajetórias masculinas equivalentes), assim como a condição daquelas mulheres professoras e pesquisadoras que constroem suas vidas (pessoais e profissionais) em contextos considerados marginais ou ex-cêntricos. A contribuição da pesquisa ora apresentada seria o conhecimento ampliado, não fragmentado, das biografias de mulheres com carreiras intelectuais na antropologia brasileira, relegadas ao esquecimento e ao desconhecimento de suas condições particulares de trabalho em contextos menos nobres da transmissão e da reprodução disciplinar.

Os percursos de formação das entrevistadas permitem ainda recolocar a separação entre centros e margens do mundo acadêmico intranacional, pois que aparecem as mudanças (para outras capitais e para o exterior) ou os deslocamentos semanais para a realização de pós-graduação, as viagens para congressos, a recepção de pesquisadores em visita por suas universidades, as discussões de pesquisa e a participação em equipes de pesquisadores que trabalhavam em suas regiões. Fluxos e trânsitos que não eliminam as configurações hierárquicas, mas que desenham mundos desigualmente articulados⁷.

Desde que decidi privilegiar as mulheres, tem sido possível capturar empiricamente e compreender a condição de subalternização máxima da professora de antropologia (Souza, 2016). Proponho que tanto na situação em que a antropologia está em desvantagem no quadro das outras ciências sociais ou em comparação com centros hegemônicos da disciplina, quanto naquela onde uma determinada instituição ocupa uma posição elevada na hierarquia disciplinar, o lugar da antropóloga que “apenas” ou “sobretudo” se dedica a ensinar antropologia para graduandos é aquele que mais sofre o desprestígio e o esquecimento na construção e difusão do saber antropológico. Como percebi nas entrevistas realizadas, mesmo que todas as professoras tenham feito mestrado e algumas o doutorado, são lembradas como professoras ou situadas nesse lugar. Pode ser um lugar de reconhecimento (ex-alunos agradecidos, como Salete Cavalcanti e Luciana Chianca⁸) ou de apagamento (gerações mais novas que valorizam a produtividade auferida nos padrões CAPES).

VIDAS INTELECTUAIS: NARRATIVAS BIOGRÁFICAS E PROJETOS EXISTENCIAIS EM CIÊNCIA

O tratamento antropológico de vidas científicas pode assumir as observações de Thomas Söderqvist (1996) sobre a relevância da vida particular dos cientistas para se compreender a ciência e seus processos de institucionalização. Isso implica preservar na interpretação das narrativas as

⁷ Para uma análise da hierarquia nos mundos científicos ver Elias, 1982.

⁸ Ver Cavalcanti (2010) e Chianca (2011).

paixões e os projetos existenciais em ciência, definidas como a visão dos indivíduos sobre como viver a vida de uma maneira que lhe dê sentido, unidade e valor. Por essa razão, este artigo não se detém em aspectos cognitivos e intelectuais da vida dos cientistas, como se nota nas escolhas pela análise de textos produzidos.

Aprecio a ênfase desse autor nas escolhas éticas (a sucessão da vida diária significa tudo) e estéticas (os momentos de entusiasmo pela descoberta são priorizados) porque ecoam nas diversas histórias de mulheres que registrei. São fartas as demonstrações do impulso comum na vida de professoras de gerações próximas, coexistentes nos ambientes universitários desde fins da década de 1950, aquilo que Kierkegaard observou como “(...) o testemunho de liberdade em uma vida ética: a contínua renovação de si” (citado por Söderqvist, 1996, p.76).

Nessa abordagem existencial, Söderqvist afirma que, embora grandes contribuintes à ciência possam ser bons exemplos da luta entre uma vida ética e uma vida estética em ciência, os contribuintes menores (com egos menores) são provavelmente mais adequados para ilustrar o que significa viver uma vida ética em ciência (1996, p. 78). As personagens da construção da antropologia no Nordeste nos contam como a suas práticas científicas não negam a vida e as relações, pois suas atuações foram marcadas por escolhas, por condutas, pelo sentir-se moralmente responsável pelos alunos, pelo amor conjugal e maternal, pela fidelidade a princípios morais. E, acrescentaria, por um notável respeito por seus professores e incentivadores na antropologia.

A aproximação interpretativa proposta sobre as histórias biográficas de mulheres com carreiras intelectuais, contadas por elas mesmas, é inspirada pelo programa de pesquisas coordenado por Nicolas Adell (2016) em torno da “morfologia histórica das vidas intelectuais”. Traduzo imperfeitamente o termo “*vie savante*”, usado por Adell e seus parceiros, porque vida intelectual parece retirar o ar poético da expressão. Tais vidas estão situadas no enquadramento moderno da atividade intelectual dado pela tensão central e constitutiva das relações entre vida e obra. Para acompanhar as voltas dos caminhos percorridos pelas antropólogas que apresento adiante, é fundamental tomar a definição de obra proposta por Adell como toda produção científica *realizada* ou *imaginada*. Os planos de iniciativas intelectuais realizados ou impedidos de acontecer pelos atravessamentos do destino e das demarcações institucionais também devem ser registrados. Há dois interesses articulados: notar os efeitos que a obra exerce sobre a vida e situar as vidas intelectuais nos contextos institucionais. No entanto, a ênfase recai sobre as maneiras de dizer a vida intelectual pela fala da própria narradora. Cabe tomar como guia “as maneiras de se dizer e se colocar na cena” (Adell, 2016, p.13) que captamos na conversa sobre a vida que se passou por décadas entre as salas de aula e espaços de reunião das universidades públicas nordestinas.

Posso afirmar que a demanda por rememoração dos episódios da educação antropológica, da inserção acadêmica profissional e dos entrelaçamentos com a vida amorosa e a formação da própria

família emerge como um instante de reflexão autobiográfica que está presente com maior ou menor intensidade no curso de todas as vidas intelectuais. Como diz Adell (2016, p. 29), encontramos um trabalho permanente e subterrâneo de unificação de si que revela a porosidade entre vida e obra. Ao conduzir cada conversa, tentei escapar a todo custo da demarcação do senso comum, inclusive no meio acadêmico, entre “vida pessoal” e “vida profissional”, pois esses termos expressam uma idealização de fronteiras que as narrativas desmancham em favor do enredamento entre tempos e espaços da vida intelectual.

Os efeitos da obra sobre a vida podem ser notados nos modos de emprego do tempo, que se apresentam materialmente na organização específica do trabalho, emprego do tempo, horários de trabalho, o ambiente e a mesa de trabalho. A pesquisa de Marina Cordeiro (2013) sobre o uso do tempo entre cientistas sociais professores de programas de pós-graduação apresenta a dominância do tempo do trabalho sobre os outros tempos da vida, assim como a percepção angustiada de que há uma escolha a ser feita entre mundos e relações. Creio que o tom das narrativas que escutei é bem menos desesperado, possivelmente por causa das inserções de cada uma em configurações do trabalho acadêmico que funcionavam em uma lógica específica de produtividade e de predominância de compromissos didáticos e administrativos em relação à atuação na pesquisa nos moldes contemporâneos. Nesse quadro, é importante tomar as vidas intelectuais como problema antropológico, situando essas trajetórias em ambientes mais abrangentes de validação da obra (o que conta para ter reconhecimento) mas também em relação às circunstâncias pessoais e institucionais de cada sujeito.

O aspecto mais evidente da vida intelectual é sua dimensão metódica, uma certa disciplina na organização do cotidiano que rege a totalidade da existência (Collinot, 2016). De acordo com Adell (2016, p. 65), pode-se registrar em cada biografia a parte maior ou menor da vida sob o império da obra. Assim, é pertinente reconhecer que existem vidas intelectuais *fortes e fracas*. No primeiro caso, os laços que unem a vida e a obra são densos porque são refletidos, elaborados e decididos em função da obra. No segundo, os efeitos da obra sobre a vida são menores. Considero que essa distinção proposta pelo autor não aponta para reconhecimento da obra, mas dirige-se a notar o que o trabalho intelectual produz em um curso de vida. Assim, a reflexão antropológica conduz a fazer a pergunta de partida: o que é, afinal, uma obra?

Se a resposta a essa pergunta não é tomada como evidente, podemos nos desvencilhar do enquadramento normativo que o processo social de atribuição de valor a uma carreira universitária tende a reproduzir automaticamente, qual seja, na forma do padrão avaliativo que enquadra as vidas pela obra, a partir da visão de significado da obra, entendida meramente pela chave da “produção” enquanto publicação apenas. Que se avise de antemão que minhas entrevistadas fazem apreciações

sobre a sua obra, mas a entendem a partir dos parâmetros de seu tempo e do campo ampliado de atividades que realizaram enquanto antropólogas. E a elas escuto, respeitosamente.

AS MULHERES PROFESSORAS DE ANTROPOLOGIA EM UNIVERSIDADES FEDERAIS DO NORDESTE

A primeira professora que entrevistei foi Ruth Trindade de Almeida (nascida no Rio de Janeiro, em 1930), graduada em História e Geografia pela Faculdade Nacional de Filosofia. Dona Ruth casou-se em 1955, com um colega matemático da Universidade do Brasil que trabalhava no ITA quando foi convidado a ingressar na UFPB, em 1959. Em 1964, ela passou a dar aulas de antropologia no campus de Campina Grande da UFPB. Sua primeira filha nasceu em 1956 e depois dela vieram mais quatro crianças. Para manter-se atualizada no ensino de antropologia, Dona Ruth enviava cartas a várias universidades solicitando programas da disciplina. Fez um curso com Egon Schaden em Natal e outro sobre Claude Lévi-Strauss com David Maybury-Lewis, na UFPE. Em 1970, parte com o marido para a França, onde fez um curso de Arqueologia. Sempre atenta à necessidade de atualização, pois percebia que as coisas mudavam na universidade e a pós-graduação e o avanço nos estudos era um caminho necessário, Dona Ruth ingressou na primeira turma da pós-graduação em antropologia da UFPE, defendendo sua dissertação sobre almanaques populares do Nordeste em 1981. Enquanto viajava para cursar as disciplinas em 1978 e 1979, contava com a estrutura de apoio do marido e de empregadas, em uma casa próxima à universidade. Em nossa conversa, ressaltou a ajuda do marido, cuja família é paraibana, para assumir alguns cargos administrativos. Sua aposentadoria aconteceu em 1990.

A primeira vez que ouvi falar da professora Ruth Trindade de Almeida foi em uma intervenção emocionada da professora Salete Cavalcanti, após a Mesa Redonda “50 anos de iniciação etnológica”, que coordenei em 2011 durante o encontro anual da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais). Tratava-se de um evento celebrativo da viagem de campo realizada, em 1961, por Roque Laraia, Marcos Rubinger e Roberto DaMatta, rumo a aldeias indígenas do Pará. Ficou claro que a contribuição de inúmeras mulheres que firmaram a presença da antropologia nos espaços universitários deveria ser melhor conhecida. Elas foram personagens fundamentais para formar e estimular alunas e alunos como Salete, realizar eventos e palestras com antropólogos de outras universidades, estruturar especializações e pós-graduações, organizar projetos de pesquisa. Assim é que, em abril de 2013, fui com Salete encontrar Dona Ruth na casa de sua filha em Recife.

O percurso de formação universitária e ingresso em posições docentes será comum a todas as professoras que encontrei. Essa geração de alunas, nascidas entre as décadas de 1930 e 1950, teve a oportunidade de conhecer a Antropologia pelas aulas de pioneiros da área no Brasil, muitos deles

médicos. Vera Calheiros, Nádia Amorim e Nuzi Mendonça foram alunas (“discípulas”, “pupilas”) de Théo Brandão. Em Recife, os professores lembrados são René Ribeiro, pai da professora Celina Ribeiro (UFPE), e José Lavareda. Em Fortaleza, dava aulas no Instituto de Antropologia o engenheiro Thomaz Pompeu Sobrinho, com que a professora Terezinha Alencar teve aulas de antropologia física e fez estágios, enquanto era datilógrafa na reitoria da universidade. Esses professores organizaram os cursos que apresentavam a área para esses alunos que ingressaram nos cursos de História e Geografia, sobretudo as três matérias relacionadas à Etnologia e Etnografia. Em 1960, Terezinha Alencar (nascida em 1933) inicia na UECE o curso de História, confirmando seu interesse em antropologia nesse período.

Embora a presença da antropologia seja decisiva na formação de graduação dessas mulheres, a profissionalização se define no mestrado em antropologia, para quase todas elas. Terezinha Alencar tem notícia do mestrado em antropologia do Museu Nacional quando da passagem de Roberto Cardoso de Oliveira por Fortaleza, com o propósito de divulgar a seleção no final dos anos sessenta. Seguem para o Rio três cearenses, sendo Terezinha a única mulher, além de João Pompeu e Luiz Gonzaga, todos professores da UFC. Para ela, a prática de pesquisa de campo já era conhecida antes da entrada no mestrado, sobretudo na pesquisa com mulheres artesãs de labirinto em Canoa Quebrada. No PPGAS, insere-se nos projetos de Francisca Keller, no Maranhão; Terezinha segue para trabalho de campo sobre processos migratórios entre o Ceará e o Maranhão. Em campo, viajando e morando em povoado maranhense, os riscos para uma mulher sozinha em uma área próxima à Guerrilha do Araguaia não foram poucos.

A maior parte dessas professoras é nascida no Nordeste, muitas fizeram suas graduações nas cidades de origem. Mas há vários outros percursos vividos, os quais envolvem graduação e pós-graduação em outras regiões. A maceioense Vera Calheiros (nascida em 1941) estudou História na PUC de São Paulo, cidade onde tinha estudado no secundário. Volta para dar aulas em Alagoas. Na posição de professora, inicia uma especialização na UFPE, para onde viaja semanalmente por dois anos. Logo disputa uma bolsa para mestrado nos EUA, onde permanece um ano e meio em universidade do Arizona. Outro ciclo de mudança acontece quando essa professora decide ir para o Rio fazer disciplinas no Museu Nacional, até finalmente fazer a seleção para o doutorado, em 1979.

Rosemary Ribeiro (parnaibana nascida em 1939) tinha se mudado para o Rio de Janeiro para trabalhar e lá decide fazer o vestibular para Ciências Sociais na UFRJ. Depois de formada é que retorna para Teresina e assume o cargo de professora na UFPI. São oriundas do curso de Ciências Sociais da UFRJ as professoras Lúcia Sabóia (UFMA) e Gisélia Potengy (UFPB, Campina Grande); do curso de Sociologia e Política da PUC- Rio, a professora Cristina Marin (nascida em São Paulo), que chega a Campina Grande em 1978. Maria do Carmo Veloso, nascida em Teresina (1951), fez graduação em Ciências Sociais na UnB, ingressando na UFPI em 1976. No curso de Ciências Sociais

da UFC, formam-se as piauienses Elda Leão e Lídia Noronha. Marcia Gramkov, nascida em Natal em 1950, casa-se jovem e conclui o curso de Ciências Sociais na UFSC, retornando para trabalhar na UFRN depois de alguns anos como professora em Santa Catarina.

Esses fluxos são determinados por projetos individuais de aprimoramento profissional, por injunções da vida pessoal (mudança dos pais, casamentos, ambiente político hostil), mas também por dinâmicas institucionais geradas por iniciativas de contratação de novos professores por reitorados que priorizavam a qualificação dos candidatos e não seus vínculos políticos. Todas as minhas entrevistadas de Campina Grande reconheceram o papel do reitor Lynaldo Cavalcanti para a construção do ambiente que redundou na formação da área de sociologia e economia rural da UFPB⁹ e em convênios internacionais como o CAPES-Cofecub, responsável por intercâmbios e viagens dessas professoras, como o doutorado de Gisélia em Nanterre, e as reuniões de pesquisa de Cristina na mesma universidade. Campina Grande se torna um nó de histórias, amarrado também ao grupo de pesquisas sobre campesinato no Nordeste com base no Museu Nacional. Por essas conexões, circularam essas mulheres, entre elas a professora Salete Cavalcanti.

Desde a formação universitária, essas mulheres tiveram que se haver com o cuidado de filhos e a gestão da vida doméstica, estivessem casadas ou não. Nesse enredo, precisam contar com suas redes familiares, principalmente com suas mães, babás e com as escolas infantis disponíveis, poucas delas de tempo integral. Ainda não puderam contar com as creches universitárias. Para aquelas que tiveram filhos, as decisões sobre a mobilidade para atividades de pesquisa ou para a formação pós-graduada foram totalmente influenciadas por essa condição que as obriga a pensar relacionalmente seus projetos, que não são apenas individuais. Nas minhas conversas, o mais relevante é reconhecer como essa situação foi trabalhada na avaliação que cada professora faz sobre o que foi possível fazer em sua vida profissional. Lídia Noronha afirma com segurança que os seus três meninos nunca a impediram de fazer nada. Recusa o tom de queixa que às vezes escuta em mulheres de sua geração sobre deixar de fazer isso ou aquilo por causa de filhos ou de marido. Lídia levou os filhos para a temporada de disciplinas durante seu mestrado em antropologia na Unicamp e para o Doutorado em Letras na PUC- RS.

⁹ Gisélia Potengy detalha o cenário da universidade paraibana nessa época: o projeto de ampliação da pós-graduação em diversas áreas foi planejado quando Lynaldo estava em uma secretaria do MEC; após assumir a reitoria, são criadas as condições para ingresso de vários professores que teriam problemas políticos para ingressar em outras universidades. Além disso, a UFPB oferecia condições de trabalho atraentes, como os contratos com tempo integral e dedicação exclusiva que, segundo ela, eram raros nos grandes centros nesta época. Observa ela que “foi esse movimento que trouxe para a Paraíba (Campina Grande e João Pessoa) cientistas sociais, economistas, geógrafos, historiadores, engenheiros, arquitetos, desenhistas industriais etc.) oriundos de programas de pós-graduação, entre eles antropólogos e antropólogas, não somente brasileiros, mas de outras nacionalidades (argentinos, chilenos, americanos e europeus). Mais uma vez, é importante considerar a conjuntura histórica destes anos em que uma onda de ditaduras varria a América Latina. É necessário precisar que alguns destes professores e professoras chegavam já casados, alguns com filhos, havendo casos em que os dois eram contratados e outros que, inicialmente, somente um, e depois o outro”.

Outra postura existencial explícita em várias biografias é a precedência dada às relações familiares, tomada por outras professoras, como Maria Sylvia Porto Alegre, da UFC: “Para mim, a minha prioridade desde sempre foram minhas filhas. Sempre. Eu não tinha a menor hesitação”; ou por Simone Maldonado, da UFPB, em João Pessoa: “Eu não coloco minha vida acadêmica na frente da pessoal”.

No entanto, a condição de filhos doentes exigiu dedicação especial de algumas professoras, dificultando a realização de viagens e finalmente o deslocamento para outra cidade com intenção de realizar o doutorado. Em uma situação que escutei de uma professora da UFPE, o fato de ter filhos complicou as viagens de campo que tinha de fazer para suas pesquisas sobre o mundo rural. “Depois que tive filhos foi que o problema começou”. Essa professora teve que trabalhar na universidade enfrentando percalços causados por um ex-marido que queria matar o próprio filho por causa de sua deficiência. A mãe teve que cuidar desse filho durante cirurgias e internações, e assim redirecionou seus interesses para a antropologia da saúde. Nesses episódios dramáticos, vê-se que a sensibilidade antropológica transformou a proximidade com as doenças dos filhos em tema de pesquisa, como aconteceu com Celina Ribeiro e Maria Brayner. Aqui temos histórias em que a vida modelou a antropologia dessas mulheres.

As parcerias conjugais merecem especial atenção, pois podem ser fatores de estímulo ou geradores de dificuldade nas carreiras femininas. A formação de casais acadêmicos é bastante comum entre essa geração de mulheres, mas me pareceu que os arranjos colaborativos, sobretudo na questão da distribuição das tarefas de cuidados dos filhos, são indicados tantos nas histórias com parceiros da universidade e naqueles casamentos com homens de formação universitária, quanto com outros tipos de vínculos empregatícios. Escutei a expressão “cucaracha solidário” de Simone Maldonado para se referir ao pai de sua filha, com quem tinha uma “divisão bastante justa”, e outros comentários sobre a divisão de trabalho em momentos de formação, com crianças pequenas. Regina Luna me disse que teve muita sorte com seu marido “grande companheiro”. Quando foi fazer seu mestrado na UFRN, em 1980, levou o filho menor e uma enfermeira para ajudá-la, enquanto o mais velho ficou com o pai em São Luís. Outras vezes, há uma certa ênfase no cumprimento dessas tarefas pelas próprias professoras e seus arranjos incríveis para dar conta de trabalhar e levar crianças em duas escolas (para conseguir ter o horário integral disponível), fazer perambulações entre escola, casa e atividades complementares dos filhos. Em algumas situações, filhos acompanham as viagens para o exterior, para trabalho de campo. Em caso de filhos de casais separados, também foi necessário fazer arranjos para deixá-los com os pais enquanto faziam alguma atividade de formação.

A vida pessoal se enlaça com o trabalho universitário também para aquelas mulheres que permaneceram solteiras e sem filhos próprios. Nádia Amorim, professora solteira durante boa parte de sua vida, defendeu, em 1990, sua tese *Mulher solteira: do estigma à construção de uma nova*

identidade (EDUFAL, 1992), na USP, sob orientação de Oracy Nogueira. A ausência de casamentos ou as uniões tardias podem interferir também nos rumos de carreiras, coincidindo com a mudança de universidade, como aconteceu com Vera Calheiros. Em algumas situações, notei que a entrevistada preferiu não dar relevo a esse aspecto de sua vida, outras vezes deixou claro que o não-casamento não significou ausência de histórias amorosas. Como me advertiu Terezinha Alencar, que não sabe porque não se casou: “Isso não quer dizer que eu não tenha amado alguém”. Esta professora da UFC adotou duas sobrinhas: “Tem filhos sem ter marido, netos sem ser avó”. Para essa professora, casar com homens machistas seria aceitar a regra de “se casar não viaja”.

As relações familiares têm presença ainda no estímulo aos estudos. Pais e mães que valorizam a leitura e a autonomia foram ditos como decisivos em suas escolhas e atitudes em relação ao conhecimento. As professoras foram filhas incentivadas a serem autônomas: primeiro o estudo, o trabalho, casamento se acontecer, como me disse Maria Sylvia Porto Alegre. Assim também foi com Nádia Amorim, Simone Ferreira, Lúcia Sabóia e Elizabeth Nasser. Essa geração encontra a convergência de ambiente familiar favorável ao estudo com a possibilidade de entrada nos cursos superiores como via para a profissionalização. Noto que há entre elas variadas condições socioeconômicas na origem familiar, permitindo o uso dos recursos familiares para estudar com tranquilidade fora de sua cidade e até mesmo no exterior, ou determinando que a vida universitária tivesse que ser conciliada com o trabalho que lhes garantisse o sustento próprio ou dos filhos. As condições de acumulação desse capital familiar herdado dos pais ou dos casamentos me parecem explicar, entre mulheres que receberam salários equivalentes nas universidades federais, as moradas tão distintas que visitei ao longo da pesquisa.

A doença ou a perda de um parente próximo determinou o curso de várias tomadas de decisão. Terezinha Alencar entende que a morte de seu pai foi um fator que abalou seu projeto de doutoramento. Nádia Amorim perdeu sua irmã em um acidente dramático em Maceió, no momento que organizava a ida para um pós-doutorado na Espanha. A doença da mãe de Elda Leão comprometeu a conclusão de seu mestrado na USP, embora ela tivesse concluído as disciplinas, a pesquisa de campo em Bom Jesus (PI) e a qualificação. A morte de um dos pais obriga muitas delas a refazer planos. Ou seja, as ocorrências familiares, tanto na família de origem quanto na família formada, são decisivas para influenciar o campo dos projetos imaginados, mas não realizados em termos de carreira universitária.

O adoecimento grave faz parte da história de várias dessas professoras, sobretudo o câncer, mas também problemas que afetam a visão, a memória e os movimentos diários. Algumas vezes, o enfrentamento de problemas de saúde marca toda uma vida, definindo as escolhas quanto à carreira universitária.

Algo que une essas professoras é o relato sobre o trabalho intenso em seus anos na universidade. Raramente encontramos alguém que tenha desempenhado apenas as funções didáticas. Estamos diante de mulheres que dedicaram muitos de seus anos nas chefias de departamento e diretorias de institutos, na montagem de cursos de graduação e de pós-graduação, na formulação de projetos de pesquisa e de extensão. Regina Luna, professora da UFMA de 1972 a 2003, disse com clareza: “Eu nunca trabalhei meio-expediente”. Foi a primeira coordenadora do curso de Ciências Sociais, chefe de departamento, pró-reitora de extensão, vice-reitora e reitora por 3 meses. Em 2013, fui conversar com ela na sala da direção da Fundação Sôsândrade, em São Luís, instituição que cuida do apoio à pesquisa e projetos na universidade, onde assume essa função imediatamente após a aposentadoria.

Anita Queiroz Monteiro também mencionou o fato de trabalhar três expedientes na UFRN, diante da quantidade de tarefas didáticas e administrativas que assumia. Quando ela pediu licença para fazer o doutorado, a universidade negou por causa da proximidade da aposentadoria. Dedicou-se a criar o Departamento de Antropologia: “vai ser minha tese de doutorado”. Coordenações de curso de graduação e de pós-graduações foram assumidas por Maria Sylvia Porto Alegre, Maristela Andrade, Terezinha Alencar, Cristina Marin, Lídia Noronha, Nuzi Mendonça, Vera Calheiros. Lídia Noronha, da UFPI, refletiu sobre esse papel de “empreendedora” que lhe cabia há alguns anos na sustentação do grupo de professores da antropologia. Esse papel exauria forças e impedia o desenrolar de outras tarefas da vida universitária, como as publicações. Considero a conversa com Lídia particularmente reflexiva, provavelmente por causa de sua prática como psicanalista. Uma vida intelectual em busca do “fogo para se aquecer”, que afinal cabe como descrição de todas as outras histórias. Cristina Marin enumera as posições ocupadas na UFPB: coordenadora de graduação, pós-graduação, vice-diretora e diretora de centro, totalizando mais de 15 anos em cargos que tornaram inviável o doutorado. Como ela diz, “ou uma coisa ou outra; além de ser mãe”.

O dinamismo daquelas que assumem desafios administrativos, mesmo depois da aposentadoria, fica evidente na trajetória de Terezinha Alencar, que assumiu cargos públicos na Secretaria de Cultura do estado do Ceará e a Superintendência do IPHAN no Ceará. Essa professora foi a primeira mulher coordenadora do curso de ciências sociais e organizou atividades de extensão com alunos da área de saúde em Xapuri, Acre, no início dos anos 1980. Depois de se aposentar na UFC, em 1996, no ano seguinte vai para Sobral, trabalhar na Universidade do Vale do Acaraú, montando o curso de Ciências Sociais e assumindo também o cargo de pró-reitora adjunta.

Escutei inúmeras vezes as recordações sobre o trabalho de ensinar antropologia como prazer maior: “minha vida profissional foi sagrada”, “momentos mais felizes da vida eram na sala de aula”. Nádia Amorim não apenas me afirmou isso em entrevista, mas expressou em textos e palestras a que tive acesso. Anita Monteiro também lembra que “adorava dar aula”, orientar alunos, estudar novos

temas antropológicos para aproximar-se dos alunos de outros cursos como Odontologia, Biologia, Farmácia, Serviço Social e Geografia. Otilia Storni também se orgulha de seu trabalho de orientação: “então eu gosto de falar das coisas que eu faço com gosto e faço com sucesso”. Tive a oportunidade de assistir demonstrações de carinho e admiração por parte de ex-alunos no ambiente de entrevista, como a conversa com Vera Calheiros em uma sala do Museu Theo Brandão, e no seminário “Caminhos da Antropologia na UFC”, promovido com as professoras Sulamita Vieira, Simone Simões Ferreira e Maria Sylvia Porto Alegre, em agosto de 2013, durante a IV Reunião Equatorial de Antropologia. Simone, definida por uma colega como máquina de dar aulas, ainda oferecia disciplina concorrida na pós-graduação.

Nesse conjunto de mulheres, há também situações de pessoas que reconhecem ter preferido aplicar sua formação nas ciências sociais em outros campos de atuação, fora da universidade. No entanto, os horizontes de opções para um egresso das ciências sociais nos anos 1970 apontavam para longe das grandes capitais e para as vagas oferecidas em universidades que ampliavam seus quadros. Ser professora não era exatamente onde estava o calor, mas findou por ser o possível lugar de trabalho. O excesso de tarefas didáticas ou a limitação às aulas de graduação em um ambiente institucional sem pós-graduação também foram fatores desanimadores. Observei também que a dimensão individual define em grande parte a atitude diante de um mesmo cenário acadêmico. Enquanto uma professora se entusiasma com as possibilidades de pesquisa abertas pelo mestrado, outra não consegue o impulso interno para concluir o seu doutorado. Os caminhos heterogêneos são de fato uma marca das carreiras femininas, mais evidente ainda no momento de transição de parâmetros para o desempenho com a ampliação do acesso ao doutorado.

A aposentadoria é um evento crítico, vivido de maneiras distintas como afastamento total da universidade ou como desdobramentos seletivos do trabalho anterior. Algumas professoras reconhecem dificuldades para parar: Simone Ferreira, Simone Maldonado, Otilia Storni, Anita Monteiro, Maria Brayner, Dora Ferraz. Após a aposentadoria, continuaram atuando como professoras colaboradoras ou substitutas, ou assumiram turmas em universidades particulares, como Elda Leão, Rosemary Ribeiro e Maria do Carmo Veloso, da UFPI.

Otilia Storni foi enfática sobre parar de trabalhar: “Deus me livre! Adoro o trabalho! Adoro orientar, escrever, adoro a vida acadêmica”. Continuando a conversa, recebi a reação firme de Otilia ao dizer no passado “o tempo que você ficou na antropologia aqui”: “Estou ainda, querida! Porque a gente constrói uma identidade, curte o trabalho que faz. Uma das poucas categorias profissionais que se trabalha naquilo que se gosta”.

Maria Brayner descreve a situação quando se aposentou de vez do trabalho universitário: “Aí me afastei mesmo, entrei em depressão. Porque acostumada de manhã, de tarde e de noite ocupada.

Aí fiquei sem trabalhar, sem menino para cuidar porque tá tudo grande. E pronto! Vou ocupar meu tempo com o quê? (...) Aqui estou eu, encanando grilo e vendo televisão”.

Essas vinte e cinco histórias têm em comum o fato de serem vidas em rede, vidas em movimento, como resume Simone Maldonado, “se tem uma coisa que fiz foi andar”. Conexões entre instituições, lugares e pessoas são uma marca das biografias intelectuais, cujas relações ampliadas têm impacto sobre a dinâmica dos grupos universitários. As professoras promoveram intercâmbios, eventos nacionais e internacionais, e cursos com pessoas que elas conheceram em suas andanças de qualificação pelo Brasil. Para todas, parece valer o aviso de Otília Storni, “Muita coisa para contar nessa minha estrada longa”. O muito que se fez dentro do possível para cada vida e instituição, como diz Nádia Amorim sobre sua trajetória, “o que foi possível fazer”.

O envolvimento com a antropologia ampliou os mundos locais/possíveis, muitas vezes se afastando deles para sempre, no sentido de uma nova visão de mundo adquirida. Os temas que aparecem nas entrevistas nos dizem sobre modos de viver e de dar sentido à existência como professora universitária. Essas escolhas existenciais vão além da perspectiva reducionista de carreira. São esforços pessoais, familiares, corporais até, que se cumprem no processo de tecer as possibilidades do fazer-se. Em seu tempo de universidade, foi possível a determinação de Simone Maldonado em levar nove anos para concluir seu doutorado na UnB, pois “não queria abrir mão da vida”. Sinto que foi isso que minhas entrevistadas quiseram dizer, muitas vezes conscientes de que o mundo universitário que conheceram não existe mais e está mais burocrático e negador do tempo da vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao explorar biografias de cientistas, Thomas Söderqvist (1996) insiste que devemos dar relevância à vida pessoal, corporificada, desses sujeitos, incluindo as experiências privadas da paixão, do sofrimento e da dor. Essa perspectiva se combina com a proposta de Londa Schienbinger de que “os arranjos domésticos sejam considerados parte da cultura da ciência” (Schienbinger, 2001, p. 42).

As professoras entrevistadas não viveram descontinuidades na carreira geradas por prisões ou perseguições políticas, como Sandra Carli (2016) encontrou na Argentina. Entre elas, posso dizer que Simone Ferreira e Rosemary Ribeiro tiveram mais problemas com a repressão política. Em comparação com as entrevistadas de Carli ou as professoras mais jovens de universidades nordestinas entrevistadas por Vivian Santos (2016), não percebi a culpabilização de si pela maternidade diante da carreira universitária. Nunca senti entre as professoras que foram mães o dilema da maternidade em termos de exclusão mútua, embora algumas reconheçam a impossibilidade de viajar para pesquisa como faziam antes da maternidade. Nesse ponto, talvez tenhamos uma diferença significativa na forma de viver a universidade entre contextos geracionais distintos, pois a carreira universitária e a

maternidade ficaram mais exigentes. Para as professoras que ajudaram a assentar o lugar da antropologia em suas universidades, o que encontrei foram vidas multifacetadas, nas quais a disputa entre vida profissional e doméstica não estava formulada como competição, mas como enredamento.

Por fim, a partir das variedades de percursos entre universidades do Nordeste e outras regiões do Brasil que se apresentam na formação dessas mulheres, a fala sobre regionalidade não surge nas entrevistas, talvez porque eu não tenha pontuado as entrevistas com perguntas sobre estar no Nordeste. Para saber se a condição regional foi uma questão em suas vidas universitárias, teria que encaminhar outras conversas. Considerando os dados disponíveis, posso afirmar que as suas origens e os locais de formação são combinados por vários pertencimentos regionais, cuja diversidade parece ser um elemento impulsionador e não constrangedor de seus horizontes na antropologia.

REFERÊNCIAS

ADELL, Nicolas. Ouverture: la vie savante. In: Adell, Nicolas e LAMY, Jérôme (dir.). *Ce que la science fait à la vie*. S.l.: Éditions du Comité des travaux historique et scientifique, 2016.

CARLI, Sandra. Desconstruir la profesión académica: tendencias globales y figuras históricas. Uma exploração de las biografías académicas de professoras universitárias. *Propuesta Educativa*, Buenos Aires, n. 45, vol. 1, ano 25, p. 81-90, jun. 2016.

CAVALCANTI, Josefa Salette Barbosa. *Memorial. Campos, reflexão e memória*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2010.

CHIANCA, Luciana. “Formação e “Cultura da Avaliação”: dilemas e possibilidades da antropologia na pós-graduação”. *Política & Trabalho. Revista de Ciências Sociais*. João Pessoa, Ano XXVIII, número 35, p. 169-186, outubro 2011.

COLLINOT, Anne. Raconter ou comprendre la vie savante? In: Adell, Nicolas e LAMY, Jérôme (dir.). S.l.: *Ce que la science fait à la vie*. Éditions du Comité des travaux historique et scientifique, 2016.

CORDEIRO, Marina de Carvalho. “*Você tem tempo?*” *Uma análise das vivências temporais dos cientistas sociais na sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro, 2013, 304f. (Tese de Doutorado) Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia/PPGSA-UFRJ, 2013.

ELIAS, Norbert. “Scientific Establishments”. In: ELIAS, Norbert; MARTINS, Herminio e WHITLEY, Richard (eds.). *Scientific Establishments and Hierarchies*. Dodrecht: Reidel, 1982.

FERREIRA, Luiz Otávio; AZEVEDO, Nara; GUEDES, Moema e CORTES, Bianca. “Institucionalização das ciências, sistema de gênero e produção científica no Brasil (1939-1969)”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, supl., p. 43-71, jun. 2008.

LAMPHERE, Louise. “Unofficial histories: a vision of Anthropology from the margins”. *American Anthropologist* 106 (1): 126-139, 2004.

ORTNER, Sherry B. *New Jersey Dreaming. Capital, culture, and the class of '58*. Durham: Duke University Press, 2003.

SANTOS, Vívian Matias dos. “Uma ‘perspectiva parcial’ sobre ser mulher, cientista e nordestina no Brasil”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 801-824, setembro/dezembro 2016.

- SCHIENBINGER, Londa. “Ciência e vida privada”. In: _____. *O feminismo mudou a ciência?* Bauru: EDUSC, 2001.
- SÖDERQVIST, Thomas. “Existential projects and existential choice in science: science biography as an edifying genre”. In: SHORTLAND, Michael e YEO, Richard(eds.). *Telling lives in science. Essays on scientific biography*. New York: Cambridge University Press, 1996.
- SOUZA, Candice Vidal e. “Professoras de Antropologia em Minas Gerais: notas sobre a condição da margem”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 24, v. 2, p. 499-520, maio/agosto 2016.
- SOUZA, Candice Vidal e. “Ensinar antropologia em outros tempos: as mulheres e as configurações do mundo acadêmico”. In: GROSSI, Miriam Pillar e REA, Caterina Alessandra (orgs.). *Teoria feminista e produção de conhecimento situado: ciências humanas, biológicas, exatas e engenharias*. Florianópolis: Tribo da Ilha; Salvador: Devires, 2020.
- SPIRANDELLI, Claudinei Carlos. *Trajetórias intelectuais: professoras do Curso de Ciências Sociais da FFCL-USP (1934-1969)*. São Paulo: 2008. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, 2008.

ANEXO

INFORMAÇÕES SOBRE AS PROFESSORAS ENTREVISTADAS

NOME/UNIVERSIDADE/PERÍODO DE TRABALHO/DADOS SOBRE A ENTREVISTA	LOCAL E DATA DE NASCIMENTO	FORMAÇÃO DE GRADUAÇÃO	FORMAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO	FILHOS	CASAMENTOS
Anita Queiroz Monteiro, UFRN (1980-2002) • Recife, 25 de julho 2014	Recife, 1944	Ciências Sociais, (UFPE, 1962-1965),)	Mestrado em Antropologia (USP, 1980)	Sem filhos	Sem casamentos
Celina Ribeiro Hutzler (UFPE, 1973-1991) • Pau Amarelo, 22 de abril 2013	Recife, 1939-2014	Ciências Sociais, (UFPE, 1960)	Mestrado em Educação (Indiana University, 1967)	Dois filhos (1972, 1977)	Um casamento (agrônomo)
Cristina Marin (UFPB –Campina Grande, 1980) • João Pessoa, 23 de julho 2014	São Paulo, 1952	Ciências Sociais (PUC Rio, 1970-1974)	Mestrado em Antropologia (PPGAS/Museu Nacional, 1975-1981)	Dois filhos (1979, 1981)	Três casamentos
Elda Leão (UFPI, 1975-2003?) • Teresina, 1 de abril 2015	Teresina, 1949	Ciências Sociais, (UFC, 1974)	Especialização em Economia Rural (FGV, Rio, 1978), Mestrado em Antropologia (USP, 1979 - Incompleto)	Uma filha (1986)	
Elizabeth Mafra Cabral Nasser (UFRN, 1969-1989) • Natal, 2 de dezembro de 2014	Fazenda no município de Macaíba (RN), 1936	Geografia (UFRN, 1964)	Mestrado em Ciências Humanas, concentração em Antropologia (UFBA, 1975)	Um filho e uma filha adotivos	Um casamento (antropólogo)
Gisélia Franco Potengy (UFPB – Campina Grande, 1976 – 1987/ UFPE, 1988 -1993). Outros vínculos no Rio de Janeiro. • Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2014	Rio de Janeiro, 1942	Biblioteconomia (Biblioteca Nacional, 1958)/ Ciências Sociais (Faculdade Nacional de Filosofia, 1965-1968)	Mestrado em Antropologia (PPGAS, 1969-1973), Doutorado em Sociologia Rural (Nanterre, 1979-1984), Pós-doutorado (Museu Nacional, 1992-1993)	Duas filhas (1971, 1975)	Um casamento (geógrafo), separada desde 1977

Lídia Noronha (UFPI, 1979 – em atividade) • Teresina, 30 de março 2015	Teresina, 1955	Ciências Sociais (UFC, 1975-1978)	Mestrado em Antropologia (Unicamp, 1985-1992), Doutorado em Letras (PUC-RS, 1999-2003), Pós-doutorado Verona, Itália (2013)	Três filhos (1982, 1984, 1991?)	Dois casamentos
Lúcia Sabóia (UFMA, 1971-1996) • Rio de Janeiro, 10 de dezembro 2015	Palmares (PE), 1947	Ciências Sociais (Faculdade Nacional de Filosofia, 1967-1970)	Mestrado em Antropologia (Unicamp, 1973-1977), Doutorado em Antropologia (USP, 1981-incompleto).	Sem filhos	Um casamento (Sociólogo, professor universitário aposentado, UFMA)
Márcia Gramkov (UFSC, 1977-1982, UFRN, 1982-2000) • Natal, 6 de agosto 2014	Natal, 1950	Ciências Sociais (UFRN e UFSC, 1971-1974)	Mestrado em Antropologia (UFSC, 1979-1983) Doutorado em Antropologia (UnB, 1990-1996)	Dois filhos (1971, 1978) Uma filha (1981)	Um casamento (aviador FAB)
Maria Auxiliadora Ferraz (1971-ainda na ativa) • Recife, 24 de abril 2013	Recife, 1947	Ciências Sociais, (UFPE, 1965-1969)	Mestrado (UFPE, 1970-1973), Doutorado em Glasgow (iniciado em 1974, não concluído)	Um filho (1976), Uma filha (1980)	Um casamento (advogado)
Maria do Carmo Brayner Ferraz (UFPE, 1972-1994) • Recife, 23 de abril 2013	Recife, 1945-2018	Ciências Sociais (UFPE, 1964-1967)	Mestrado em Sociologia (UFPE, 1974)	Quatro filhos (1977, 1979, 1983, 1984)	Três casamentos (físico e professor UFPE, jornalista e médico)
Maria do Carmo Veloso (UFPI, 1974 -2000) • Teresina, 29 de março 2015	Teresina, 1951	Ciências Sociais (UnB, 1971-1974)	Especialização em Ensino Superior (UFPI, ?) Mestrado em Gestão Universitária (UFPI/PUC-PR), 1998	Um filho (1977) Uma filha (1979)	Separada (ex-marido engenheiro e professor universitário)

Maria Otília Telles Storni (UFPB, João Pessoa, 1980- <ul style="list-style-type: none">João Pessoa, 23 de julho 2014	Rio Claro, 1946	Ciências Sociais (Faculdade de Rio Claro, 1965-1968)	Mestrado em Antropologia (UnB, 1971-1977), Doutorado em Antropologia (PUC-SP, 1996-2000)	Três filhas (1976, 1980, 1987)	Um casamento, última filha de um colega
Maria Sylvia Porto Alegre (UFC, 1975-2012). 1998 – aposentadoria oficial <ul style="list-style-type: none">Fortaleza, 6 de agosto 2013	São Paulo, 1942	Ciências Sociais, USP (1962-1966)	Mestrado e Doutorado em Antropologia, USP (1983-1988), Pós-doutorados (1989 e 2010)	Duas filhas (1965, 1968)	Dois casamentos (ator, arquiteto)
Maristela Andrade (UFPB, Campina Grande 1985 - 1990 e João Pessoa – 1990 em atividade) <ul style="list-style-type: none">João Pessoa, 23 de julho 2014	Recife, 1954	Psicologia (Católica – PE, 1973-1977)	Especialização em Antropologia Cultural (UFPE, 1984), Doutorado (Sorbonne Nouvelle, 1978-1983), Pós-doutorado (Espanha), 2000	Duas filhas (1984, 1990)	Um casamento (arquiteto)
Nádia Amorim (UFAL, 1972-1990) <ul style="list-style-type: none">Maceió, 9 de dezembro de 2013	São Miguel dos Campos (AL), 1945	História (UFAL, 1968-1972)	Mestrado em Antropologia (USP, 1982), Doutorado em Antropologia (USP, 1990)	Sem filhos	*casamento breve aos 42 anos
Nuzi Mendonça (UFAL, 1972-1990 ?) <ul style="list-style-type: none">Maceió, 9 de dezembro 2013	Maceió, 1947	Biologia (1966/1967) e Filosofia	Especialização em Antropologia (UFPE, 1970/1971?), Mestrado PUC-SP, ?, incompleto)	Quatro filhos (1970, 1971, 1979, 1986?)	Separada, (ex-marido engenheiro)
Regina Luna, UFMA (1972-2003). Continua trabalhando na Fundação Sôsândrade de Apoio à pesquisa desde então. <ul style="list-style-type: none">São Luís, 5 de junho 2013	Rio de Janeiro, 1945	Ciências Sociais, UERJ (1968)	Mestrado em Antropologia (UFRN, 1980)	Dois filhos (1978, 1980)	Um casamento (administrador, já falecido)
Rosemary Ribeiro (UFPI, 1981-1982-antes de 2000) <ul style="list-style-type: none">Teresina, 30 de março 2015	Parnaíba (PI), 1939	Ciências Sociais (UFRJ, 1970-1974)	Mestrado em Antropologia (UFPE, 1992)	Uma filha (1978)	

Ruth Trindade de Almeida (UFPB, Campina Grande, 1964-1990) • Recife, 22 de abril 2013	Rio de Janeiro, 1930	Geografia e História (Faculdade Nacional de Filosofia), 1951-1954	Mestrado em Antropologia (UFPE, 1981)	Cinco filhos (1956, 1958, 1961, 1963, 1970)	Um casamento (matemático, professor da UFPB, já falecido)
Simone Carneiro Maldonado (UFPB, João Pessoa, 1977-2000) • João Pessoa, 24 de julho 2014	João Pessoa, 1944	História (UFPB, 1964-1967)	Mestrado em Antropologia (UnB, 1979), Doutorado em Antropologia (UnB, 1985-1992)	Uma filha (1982)	Três casamentos
Simone Simões Soares Ferreira (UFC), 1975 • Fortaleza, 5 de agosto 2013	Fortaleza, 1944	Ciências Sociais, UFC (1968-1971)	Mestrado e Doutorado em Antropologia, (UnB, 1977-1980/1988-1992)	Dois filhos (1967, 1975)	Dois casamentos (bancário e jogador de basquete profissional)
Sulamita Vieira (UFC, 1981 – ainda na ativa) • Fortaleza, 6 de agosto 2013	Fazenda município de Canindé (CE), 1947	Ciências Sociais, UFC (1969-1972)	Mestrado e Doutorado em Sociologia (UFC, 1980 e 1999)	Sem filhos	Sem casamentos
Terezinha Alencar, UFC (1978-1996) • Fortaleza, 28 de janeiro 2014	Fortaleza, 1933	História (UECE), 1960	Mestrado em Antropologia (PPGAS/Museu Nacional, 1977)	Sem filhos	Sem casamentos
Vera Calheiros (UFAL e UFRJ, 1966-1991) • Maceió, 10 de dezembro 2013	Maceió, 1941	História (PUC-SP), 1961-1964)	Especialização História (UFPE, 1970-1971), Mestrado em Antropologia (University of Arizona, 1974-1975, Doutorado em antropologia (PPGAS/Museu Nacional, 1979-1989)	Sem filhos (1 enteado)	Um casamento (médico, já falecido) *casamento aos 37 anos